

Texto de Cabral evita a polêmica

Relator transfere para lei ordinária critérios de desapropriação

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, cumpriu o que havia prometido quando optou pela rejeição do texto que elaborou na Comissão de Sistematização, e adotou como base da nova redação do capítulo da reforma agrária a proposta assinada pelas lideranças partidárias (exceto a do PFL) na última quinta-feira. Entre outros dispositivos, ele acolheu o que torna a propriedade produtiva insuscetível de desapropriação, desde que observadas as exigências relativas à sua função social. No substitutivo apresentado por Cabral, cabe à lei ordinária disciplinar os critérios, a graduação e as exigências para o cumprimento dos requisitos fixados pela Constituição. Nestes termos, ele acredita na possibilidade de um acordo que agilize a votação da matéria na sessão de terça-feira.

Ontem, dez horas antes do encerramento do prazo para entrega dos substitutivos ao "buraco negro", instalado no capítulo III do título VII do texto constitucional, Cabral apresentou formalmente sua proposta ao secretário-geral da Constituinte, Paulo Afonso Martins, pela ausência do presidente Ulysses Guimarães. "Faço votos que tenha sucesso, porque será merecido", afirmou o secretário. O relator declarou depois que também Ulysses "ficou satisfeito com o texto", que lhe foi apresentado por telefone nas primeiras horas da manhã.

Às se antecipar ao Centro e à liderança do PMDB, que desde a noite de quinta-feira também preparavam substitutivos ao capítulo da reforma agrária, Cabral ganhou tempo para tentar um

acordo sobre sua proposta. Poucos minutos depois de ter entregue o documento, recebeu a visita do secretário do Centro, Fábio Saboya, e do deputado Gilson Machado (PFL/PE), quando foi discutida a possibilidade de evitar a apresentação de substitutivos por parte dos centristas e da liderança do PMDB. Estes dois grupos, pela tese levantada, ofereceriam apenas emendas e destaques supressivos ao texto de Cabral, que serviria de base a toda votação.

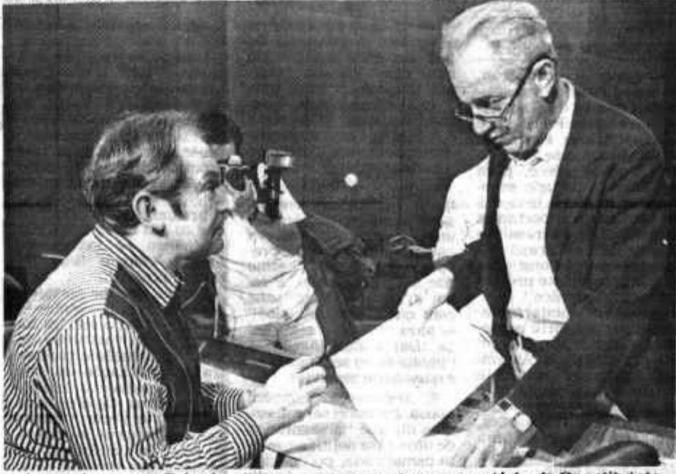
A fórmula afastaria a ocorrência da figura do "buraco branco", como já está batizada a hipótese de exclusão da Constituição do capítulo que trata da reforma agrária. Cabral não acredita que esta matéria seja excluída do texto constitucional com reincidência de rejeições de todas as propostas que venham a ser apresentadas. "Ficaria um texto capenga, que sugere reforma agrária mas não trata do assunto", lembrou. "Não é interesse de ninguém apresentar uma nova Constituição com esta falha, que será discutida pelos constitucionais do mundo inteiro", argumentou.

Cabral acredita na possibilidade de um acordo porque seu substitutivo respeita "90 por cento do que foi acertado pelas lideranças". Segundo ele, o texto abrange todos os dispositivos polêmicos e não haverá dificuldade de ser aprovado "porque é fruto de muita conversa". Garantiu que não recebeu visitas de representantes de qualquer entidade interessada na matéria, como UDR e Contag, mas elogiou a atitude dos coordenadores do Centro e do líder Mário Covas que lhe apresentaram suas posições antes da

elaboração das propos. A única alteração apresentada por Cabral, a partir do texto acordado entre as lideranças, se situa no parágrafo único do artigo 219 que estabelece as condições de desapropriação, para fins de reforma agrária, das propriedades produtivas. Ele substituiu o caráter de penalização da propriedade, pelo não atendimento dos critérios relativos à sua função social, pela possibilidade de desapropriar diante da "inobservância" do cumprimento das exigências fixadas na Constituição. Na sua avaliação, a lei garante um tratamento especial a estas propriedades e ao mesmo tempo dá segurança às regras gerais da reforma agrária. "Se a função social não estiver sendo cumprida, nos termos determinados em lei, também legalmente se fará, de forma gradual, a desapropriação", explicou.

A opção pela lei ordinária, e não pela lei complementar, possibilita ainda a revogação posterior das medidas e adoção de outras. Esta alternativa contou com o apoio, inclusive, do líder do governo deputado Carlos Sant'Anna, segundo Cabral. Apesar de ser uma lei que requer aprovação de maioria simples do Congresso Nacional, o relator acredita que ela será apoiada por maioria absoluta. "Trata-se de um assunto sério, discutido amplamente na Constituinte. Todos nós aqui passaremos a atuar depois na Câmara e no Senado e acho que ninguém vai deixar de votar uma matéria destas. Por isso acredito que sua aprovação representará o voto da maioria absoluta", considerou o relator.

Como o substitutivo de Cabral, o texto de Covas remete à Lei complementar a garantia de um tratamento especial para a desapropriação da propriedade produtiva. E é nesse ponto (parágrafo único do artigo 219) que gira toda divergência entre o grupo de Covas e o Centro, que mu-



Antes do prazo, Cabral entregou sua proposta ao secretário da Constituinte

Covas apresenta substitutivo com 334 assinaturas

Com o apoio de dez partidos e 334 assinaturas, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, entregou ontem às 18h15, na secretaria-geral da Constituinte, proposta do substitutivo ao capítulo da Reforma Agrária. O Centro, por sua vez, mesmo dizendo ter coletado 292 assinaturas (eram necessárias somente 280), preferiu não apresentar seu substitutivo, optando por um destaque supressivo, que será registrado amanhã.

Com buraco branco, UDR é quem leva

A União Democrática Ruralista (UDR) está preferindo que surja um buraco branco na Constituinte sobre a questão da reforma agrária. Se o texto do Centro, do grupo do relator Mário Covas ou do relator Bernardo Cabral não conseguirem os 280 votos necessários para sua aprovação, na próxima terça-feira, o buraco negro estará transformado em buraco, ou seja, nada constará na nova Carta sobre essa matéria. "Isso é muito bom, pois reforma agrária não é mesmo matéria constitucional", afirmou ontem o coordenador nacional da UDR, Cesar Moura.

Apesar disso, a UDR não desistiu e jogou firme na coleta de assinaturas dos constituintes ao texto do Centro. Até às 11h de ontem, segundo informações de Fábio Saboya, coordenador do Centro, já contavam com 248 das 280 assinaturas necessárias para garantir a votação de sua proposta pelo Plenário na terça-feira. No início da tarde, Cesar Moura não tinha dúvidas de que conseguiria o quorum mínimo exigido, mas achava que também o grupo de Covas obtinha suas 280 assinaturas.

O texto da emenda coletiva do grupo de Covas é idêntico ao redigido pelo relator Bernardo Cabral e ambos são praticamente uma cópia do texto que na última quinta-feira seria colocado em votação, não fosse a rejeição do PFL. Em síntese, todos os textos garantem a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante indenização prévia em títulos da dívida agrária.

Rosa Prata informou que decisão foi tomada após consulta a todos os companheiros, mesmo aqueles que se encontravam em outros estados, recolhendo assinaturas, como foi o caso de Ricardo Fiuza, localizado em Custódia, Interior de Pernambuco, e José Lourenço, em São Paulo. Apesar do esforço em reunir as assinaturas e a emenda não tendo sido apresentada, o deputado disse que se tratava de uma questão de prevenção. Os representantes do Centro afirmaram que irão questionar as assinaturas da emenda do artigo 219 que gira toda divergência entre o grupo de Covas e o Centro, que mu-

do grupo de Covas remete à Lei complementar a garantia de um tratamento especial para a desapropriação da propriedade produtiva. E é nesse ponto (parágrafo único do artigo 219) que gira toda divergência entre o grupo de Covas e o Centro, que mu-

OS DESTAQUES DA PROPOSTA

- **Princípio geral:** só a União pode desapropriar, por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.
- **Indenização:** prévia e justa, em títulos da dívida agrária, observando a cláusula de preservação do valor real da propriedade. Os títulos são resgatáveis até 30 anos, a contar do segundo ano de sua emissão. Só as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.
- **Reserva e medida protetiva:** são insuscetíveis de desapropriação desde que seu proprietário não possua outra.
- **Propriedade produtiva:** não será desapropriada se cumprir os requisitos relativos à sua função social.

- **Função social da propriedade:** é cumprida quando são atendidos simultaneamente, de acordo com critérios, graus e exigências estabelecidos em lei, o aproveitamento racional e adequado; a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente; as atividades produtivas; e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Emendas serão recebidas amanhã

O relator Bernardo Cabral preferiu seguir à risca as normas da Mesa Diretora da Constituinte e não divulgou ontem o texto que apresentou ao capítulo da reforma agrária. Adiantou que é praticamente a mesma proposta do acordo de lideranças fechado quinta-feira, com apenas uma alteração no parágrafo que fixa as condições para a desapropriação das propriedades produtivas. Hoje, no entanto, os substitutivos serão publicados e distribuídos para conhecimento

dos constituintes que desejarem emendar as propostas. A secretaria-geral da Constituinte permanecerá aberta amanhã, das 8h às 24h, para receber os requerimentos de destaques e emendas aos substitutivos apresentados ontem. A matéria só entra em votação na sessão de terça-feira, marcada para as 14h30, a partir da apreciação do texto de Bernardo Cabral. O Regimento Interno da Constituinte, sem definir claramente a ordem de votação

das propostas, estabelece que cabe ao relator apresentar um texto e que é "facultado" à maioria absoluta dos membros da Assembleia o mesmo direito. Por interpretação da presidência, o direito é do relator, daí sua proposta ser a primeira a ir a votação.

Exames em SP atestam boa saúde de Sarney

São Paulo — O presidente José Sarney passou a manhã de ontem em São Paulo, onde realizou uma série de exames médicos no Instituto do Coração (Incor), do Hospital das Clínicas, dando sequência aos exames iniciados na sexta-feira em Brasília. O presidente chegou às 8 da manhã, em jejum absoluto. Primeiro, foi ao Hospital das Clínicas, onde realizou, na Divisão Cardiológica, Raios-X do pulmão e uma tomografia computadorizada (diagnóstico por imagem que revela eventuais alterações e permite a análise de cada ponto do corpo humano) na região da cabeça.



Sarney falou à imprensa, mas só sobre exames

Do Hospital das Clínicas, o presidente foi para o Instituto do Coração, do outro lado da rua, onde submeteu a outra bateria de exames. Ao sair, o presidente disse que "graças a Deus os exames foram muito bons". Aparentemente bem disposto, Sarney disse que seu estado de saúde é muito bom e que as tensões e a ansiedade causadas pela Assembleia Nacional Constituinte não foram responsáveis pela sua visita a São Paulo. "Eu sou igual a qualquer brasileiro, a qualquer pessoa. Evidentemente que as emoções e o trabalho sempre criam condições para ficarmos tensos e cansados", disse. O presidente não falou sobre política. Entrou rapidamente no carro e seguiu rumo ao aeroporto de Congonhas, de

onde embarcou para Brasília. Sob a orientação médica do dr. Fúlvio Pilegi, Sarney realizou uma ultrassonografia na região abdominal e nos aparelhos digestivo e urinário, um ecocardiograma do tipo "duplo", específico para avaliar a circulação sanguínea e exames cardiológicos. Segundo o médico particular do presidente, dr. Messias Araújo, a ultrassonografia apresentou resultados satisfatórios, considerado bastante normal para a idade do presidente. Disse ainda que o resultado do ecocardiograma e dos exames cardiológicos também foram normais. O resultado de todos os exames só será conhecido na próxima quarta-feira.

Dr. Araújo explicou que o exame foi rotineiro e está dentro da programação do Serviço Médico da Presidência. Sua excelência tem a saúde e o condicionamento físico normais e seu estado geral de saúde surpreendeu a equipe médica.

FORTE APARATO

O presidente Sarney chegou ao aeroporto de Congonhas às 8h10. Desde as sete horas, a ala oficial do aeroporto e proximidades foram tomadas por um forte aparato de segurança, composto por policiais militares e civis, tropas da Aeronáutica e policiais do canil da PM.

A sua espera estavam o governador Orestes Quercia, o novo comandante militar do Sudeste, general Jonas Correia Neto, o secretário estadual da Saúde, Aristóteles Pinotti, além de autoridades da Marinha e da Aeronáutica. No Hospital das Clínicas, que teve o acesso bloqueado, o aparelho cresceu. Além das tropas de choque, estavam a tropa de choque, um batalhão da Companhia de Operações Especiais (COE) da PM, policiais do canil e um helicóptero.

Negociação dura uma semana

Desde que a sessão de segunda-feira da Assembleia Nacional Constituinte foi suspensa por volta das 18h, para dar tempo às lideranças partidárias e ao Centro chegarem a um entendimento sobre o capítulo da reforma agrária, a resistência e a paciência do plenário foram colocadas à prova. Nunca, desde o dia 24 de janeiro, quando teve início a votação em primeiro turno do texto constitucional, uma matéria requereu tanto tempo e conversa para ser decidida. A espera de um acordo, os constituintes que não participaram diretamente das rodadas de negociações permaneceram em seus postos, preparados para votar segundo as orientações de seus respectivos líderes. O acordo não foi fechado, mas outro buraco negro foi aberto estrategicamente para ser preenchido com o resultado das discussões que prosseguem até às vésperas da votação marcada para terça-feira.

O resultado, como era esperado, revelou uma diferença entre votos sim e não bem maior que a obtida pelo texto do Centro, já que o PMDB seguiu a orientação de seu líder. Até o relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral, votou contra seu projeto, como havia garantido na véspera, também por acreditar no fechamento de um acordo sobre a matéria. Os centristas não resistiram à chance de festejar, depois de duas semanas seguidas de derrotas na votação do capítulo da ordem econômica. A UDR, nas galerias, reafirmava a simplicidade com o grupo, explodindo em gritos de "Centro, Centro" e "terra produtiva, terra produtiva".

O plenário os latifundiários foram saudados com acenos de agradecimento pelos deputados Angelo Magalhães (PFL/BA) e Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP).

BOA NOITE!

Pode ter parecido irônica a despedida do presidente Ulysses Guimarães ao encerrar a sessão noturna de quinta. "Muito obrigado, Boa Noite! Tenham um bom fim de semana", disse ele. Para os mais de 500 constituintes que estavam em plenário, no entanto, foi o cumprimento adequado. Estava encerrada ali uma das etapas mais cansativas da Constituinte, em que o confronto, por duas vezes, não foi suficiente para relaxar a tensão de várias horas à espera do acordo que não aconteceu.

Além da já conhecida constatação de que qualquer das forças políticas da Constituinte conta com número suficiente para aprovar propostas polêmicas no voto, a semana demonstrou que principalmente o Centro não consegue sair vitorioso no confronto. No caso da votação da reforma agrária, este dado assume uma proporção ainda maior para os centristas, pois a matéria se configura em um dos motivos do surgimento do grupo. Depois do desespero de ver, por duas vezes, seu substitutivo rejeitado pelo plenário, o Centro chegou a festejar com seus aliados da UDR a rejeição posterior do projeto da Comissão de Sistematização — que gerou a criação do primeiro buraco negro sobre o capítulo do texto constitucional e o terceiro depois de duas incidências desta figura sobre artigos (estabilidade no emprego e direito de greve do servidor público).

Na verdade, os centristas sabem que não podem considerar uma vitória a rejeição do texto da reforma

agrária contido no projeto da Sistematização. Este resultado foi estrategicamente buscado pelo líder do PMDB, senador Mário Covas, como uma última tentativa de obter o consenso sobre a matéria. "Tentamos o acordo, que hoje ainda não ocorreu. Não sei que responsabilidade eu tenho sobre isto, mas vou continuar tentando. Agora, mesmo sabendo que o texto da Sistematização é melhor que o do Centro, oriento minha bancada a votar contra o projeto, pois ainda acredito no entendimento", declarou Covas antes da votação do projeto na noite de quinta-feira.



Fábio Saboya

Gabriel nega estar entre os indecisos

O senador Almir Gabriel (PMDB-PA) enviou carta a O CORREIO BRAZILIENSE contestando a inclusão do seu nome entre os parlamentares que se abstiveram na votação do capítulo sobre reforma agrária, na quinta-feira.

"Com relação a votação de ontem, sobre o texto base do Centro, relativo a reforma agrária, peço a gentileza desse Jornal, pelo seu compromisso com a verdade, reparar o erro ocorrido na edição de hoje, 05 de maio, quando meu nome constou do quadro "Quem ficou indeciso". Meu voto foi pela rejeição do texto do Centro, conforme espelho da votação, em anexo".

Ari Cunha VISTO, LIDO E OUVIDO

Ecologia ornitológica numa carta simpática

Paulo Nogueira Neto é dessas pessoas que vivem a ecologia em todos os seus momentos. É um defensor da natureza em toda a sua plenitude. A propósito de comentários desta coluna, ele lembra que o anu-branco não é tão terrível como às vezes a gente mostra. Mas talvez porque eu seja do Ceará, volto a afirmar que lá a gente conhece como anu e não anu, e por dificuldades de seca, ele no Nordeste invade os ninhos para ali pôr seus ovos. Diferente do chupim, que põe os ovos e deixa para os outros a sua criação. Mas vamos à carta recebida, que é publicada com todo gosto.

"Já há muito tempo estava para lhe escrever, para resgatar a "honorabilidade" dos nossos amigos, os anu-brancos (Gulra gulra). Essas aves sociais são utilíssimas, pois se alimentam basicamente de insetos. Sou um voraz leitor da sua coluna. Você certa vez escreveu que os anu-brancos roubam os ovos de outras aves, para substituí-los pelos seus. Isso não é exato. Em Campinas-SP, há cerca de 50 anos acompanho a vida de uma colônia dessas aves, que pernoitam e nidificam numa tamareira ornamental, no parque da fazenda São Quirino, que pertenceu a meus bisavôs.

"Disse-me um amigo ornitólogo, prof. Roberto Cavalcanti, da UNB, que há uma outra ave algo parecida, chamada saci (Taperia naevia), conhecida também como sem-fim, que não é social e que realmente parasita ninhos alheios. Daí deve ter surgido o equívoco. Reabilitemos, pois o ANU-BRANCO".

XXX

TELEFONES — Está havendo promessa do ministro Antônio Carlos Magalhães para a instalação de um milhão de telefones, até que ninguém mais fique sem o aparelho. Não sei se os técnicos esclareceram o ministro das deficiências, pelo excesso atual de telefones. Quando é época de férias, ninguém consegue ligação com o Nordeste, e aqui, no Distrito Federal, quem é assinante da linha 577 amarga a terrível experiência de um ruído inconveniente, que termina por desligar o aparelho.

XXX

GRUPOS — Depois do grupo Pão de Açúcar, onde o presidente com mais de setenta anos voltou ao cargo, para evitar divergências entre filhos, é a vez de Eucatema, onde dois irmãos também lutam pelo comando das empresas. O mesmo aconteceu em tempos passados nas empresas Matarazzo. As grandes companhias brasileiras pertencentes a famílias não têm todo grande futuro por causa disto.

XXX

PASSAGENS — As passagens de ônibus no Distrito Federal ficaram mais caras, porque o GDF extinguiu o subsídio que estava dando em todas as linhas, através do caixa-único. A queda foi de 38% para 3,6%. Sendo, o Governo, da posição do subsídio, os passageiros arcarão sozinho com o preço total da passagem.

XXX

NOTAS NOVAS — Depois de Machado de Assis, a Casa da Moeda pensa, agora, em novas notas do nosso dinheiro, escalando para as próximas as efígies do sanitarista Carlos Chagas e do poeta Carlos Drummond de Andrade. Pode não ser por isto, mas desde que os intelectuais começaram a pontilhar no dinheiro, a inflação tem aumentado demais, e para quem é supersticioso, nada melhor do que vez por outra colocar um general na moldura do dinheiro.

História de Brasília

Piscina de mármore — O Acampamento da EBE (Empresa Brasileira de Engenharia) era um primor. Tinha, inclusive, uma piscina revestida de mármore da melhor qualidade. Eram pedras refugadas do piso e revestimentos de paredes dos Palácios do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal, por estar fora de bitola, isto é, com deficiência dos tamanhos padronizados para um perfeito acabamento e que para nada mais serviam. Nas vésperas da inauguração, trabalho louco, desesperado, mas gratificante, começava às 7 da manhã e acabava meia-noite, uma hora da manhã, um único turno, porque faltava gente em tudo quanto era obra. E, às vezes, aos domingos — dias normais de trabalho — sobrava um tempinho e os pioneiros se rendiam para dar um mergulho na piscina, de água corrente, que era a terceira que existia na Capital. Havia uma no Palácio da Alvorada e outra no Brasília Palace Hotel. E todo o mundo morria de vontade de mergulhar numa piscina quando nem o lago existia. O acampamento estava onde hoje é o Clube da Aeronáutica e foi montado por uma pequena empresa de propriedade dos Engenheiros de Ouro Preto, Juber Vieira de Rezende e Artur Werneck, convocados por Israel Pinheiro, um dos mais brilhantes alunos já passados por aquela escola.

Mas Israel nunca soube da existência dessa piscina. Se soubesse, mandaria desmanchar "dentro de duas horas", como era seu estilo como presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Nas plantas constava "tanque de armazenamento de água", o que não deixava de ser, como garantia o engenheiro Abílio Rodrigues dos Santos, falecido, responsável pela obra.

Prata: Compromisso social é necessário

O deputado Rosa Prata (PMDB-MG), um dos parlamentares da Frente Ampla da Agropecuária, que defende, na Constituinte, a posição dos grandes produtores rurais, disse ontem que a reforma agrária não é negociável em nenhum dos seus pontos, nem mesmo na questão da desapropriação: "sabemos que a propriedade rural produtiva, seja qual for sua extensão, tem que ter comprometimento social, mas para que isto ocorra tem que haver um prazo, em termos de tempo, e condições para que a propriedade cumpra suas funções sociais".

Rosa Prata disse ainda que neste assunto não pode haver radicalismos, nem dos que não desejam a desapropriação de modo nenhum nem dos que a querem de qualquer maneira. "Se a desapropriação fica como está colocada até agora, haverá grande destituição ao investimento, e provavelmente as áreas produtivas serão invadidas tão logo a Constituição seja promulgada". Além disso, o deputado considera que o não-cumprimento de uma das funções sociais listadas no anteprojeto tornará desapropriável, imediatamente, qualquer extensão de terras produtivas, o que é "absurdo".

Rosa Prata acha que não haverá impasse na questão, mas para isto é necessário que os dois lados envolvidos na discussão deixem de lado o radicalismo ideológico. "Faço um apelo ao entendimento, para que a questão da reforma agrária seja solucionada na Constituinte e não haja riscos de ruptura nem de um buraco negro definitivo", concluiu Rosa Prata.